

## Seguir mudando o Brasil para viver com qualidade e dignidade

### Estratégia da CUT para 2011

As políticas neoliberais na esfera internacional levaram à ampliação e agravamento da pobreza e tiveram suas conseqüências agravadas pela crise econômica de 2008. A crise atingiu fundamentalmente os países de capitalismo avançado e também aqueles que não optaram por modelos soberanos de desenvolvimento econômico e social.

Os países ricos, mergulhados numa crise sistêmica, certamente deixarão de ampliar as políticas e investimentos nos países em desenvolvimento e mais pobres assim como relutam em financiar as despesas com a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Algumas tendências mundiais, na próxima década, podem influenciar o rumo do desenvolvimento, tais como a aceleração da transformação tecnológica; o agravamento da situação ambiental-energética; o agravamento das desigualdades sociais e da pobreza, resultante do aumento do desemprego e dos cortes dos investimentos sociais; as migrações, acompanhadas de reações racistas e xenofóbicas e; a contínua globalização da economia mundial, com multipolarização econômica e política.

Aqui, os elementos de desenvolvimento interno brasileiro – vale dizer, de distribuição de renda, de planejamento, valorização do trabalho e regulação pública do desenvolvimento – ficam fortalecidos. E, diferente de outras situações históricas, são forças mais de esquerda que dirigem o governo nacional.

Ao mesmo tempo, os velhos limites das alternativas estritamente nacionais se apresentam. Os espaços para uma atuação multipolar no plano internacional podem se ampliar. A América Latina continua sendo um espaço avançado de construção anti-neoliberal.

É nessa perspectiva que a CUT deve priorizar, no próximo período, uma agenda que debata com a sociedade o projeto de nação para os próximos 10 anos e influenciar, por meio de sua mobilização, para que o país caminhe nesse rumo.

Essa agenda é, sem sombra de dúvida, a valorização do trabalho, através da geração de mais e melhores empregos, na ótica do trabalho decente. Trata-se de criar uma nova dinâmica de ampliação de direitos do trabalho.

Uma estratégia de desenvolvimento que tenha como centro o trabalho não pode prescindir de uma política econômica ousada, que articulada, às demais políticas públicas, oriente o país para alcançar elevadas taxas de crescimento com sustentabilidade ambiental, redução da pobreza, da desigualdade de renda, das disparidades regionais e um sistema de proteção social, de acordo, por exemplo, com a PLACOSS – Plataforma Continental da seguridade

Social. Necessita ampliar o papel redistributivo do Estado e elevar a educação ao centro dessa estratégia.

É por isso que a Jornada pelo Desenvolvimento continuará a ser a nossa principal estratégia. Será através da combinação da mobilização e negociação das propostas contidas na Plataforma da CUT que lograremos êxito.

## Um novo período político

---

Dilma foi eleita presidenta pela esperança de aprofundar as mudanças. Sua eleição é resultado do acúmulo de forças sociais e políticas, com forte presença da CUT nas ruas. Abrimos um novo período político marcado não só pela superação do neoliberalismo como, sobretudo, pela potencialidade de construção de uma nova hegemonia no Brasil.

A CUT teve ação determinante durante o Governo Lula, por meio de mobilizações e pressão, foi criada uma nova dinâmica macroeconômica e novo reposicionamento público do Estado. A defesa de um projeto de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e valorização do trabalho ganhou potência e foi ao centro da experiência de governo nesses últimos oito anos.

A política econômica do Governo Lula não pode ser meramente caracterizada como keynesiana ou simplesmente anti-cíclica. Essa foi uma vitória política imediatamente anterior à vitória eleitoral de Dilma. A CUT foi a primeira organização popular do país a apontar tal saída para a crise; posição essa que também ecoou nos fóruns sindicais internacionais.

A grande vitória de 2010 marca um novo período, ultrapassa a perspectiva. A eleição presidencial liderada pelo PT amplia os laços com os/as trabalhadores/as e setores populares, com os partidos de esquerda e com uma militância social que se engajou na luta para derrotar a direita e eleger Dilma. Nossa vitória tem, portanto, um caráter democrático, popular e de esquerda.

Para a CUT, o primeiro mandato do governo Lula foi ainda marcado pela disputa de projetos na sociedade brasileira. Essa situação alterou-se com a vitória de Lula em 2006 derrotando e se contrapondo explicitamente ao neoliberalismo. As políticas desencadeadas no segundo governo acentuaram uma nova direção para o Brasil, mas ainda com obstáculos reais para uma nova hegemonia, conforme apontamos no 10º Congresso Nacional da CUT.

Esse quadro moveu-se à esquerda com o enfrentamento da crise internacional em 2008-09 com políticas anti-liberais e, a partir daí, configurando a vitória estratégica e a supremacia do nosso projeto para o Brasil. Nossa campanha expressou essa visão, conduziu-se como portadora de um projeto com novos avanços de desenvolvimento, distribuição de renda, soberania nacional, sustentabilidade e democracia.

Dilma transformou-se legitimamente na nova Presidenta do Brasil e, com isso, abrimos um novo período político que deve ser marcado por avanços democráticos na construção do Brasil. Por isso, a CUT quer garantir uma interlocução permanente no novo governo.

## **A oposição liberal em crise**

---

Sem um projeto para o país, a oposição liberal assumiu um caráter declarado de direita. E, a derrota da candidatura demotucana de José Serra deve ser atribuída à derrota estratégica do neoliberalismo sofrida nos últimos 4 anos.

A direita, representada por Serra e por ele intrinsecamente assumida, subordinou-se ao nosso projeto de desenvolvimento do Brasil. À velha maneira demagógica, propôs ampliar políticas até então alvo de oposição: salário mínimo de seiscentos reais, duplicação do bolsa-família e ampliação do PROUNI, entre outras promessas. De outro lado, mobilizou as forças mais retrógradas como a TFP, monarquistas, grupos da antiga repressão e da tortura, os setores mais obscurantistas e reacionários da religião.

Os oligopolizados meios de comunicação privados integraram a frente única da direita. Esses oligopólios têm uma história golpista, com notória participação no golpe de 1964. Os temas que a direita explorou refletiram aspectos da nossa experiência de governo que permaneceram truncados, como é o caso da reforma política. Essa é uma das reformas reivindicadas pela CUT que não obteve avanços no Governo Lula. No novo cenário, de todo modo, é previsível a continuidade de embates políticos com a direita.

## **Um novo tempo de potencialidades**

---

Assumir que estamos no limiar de um novo período político mais favorável à esquerda implica em novos desafios e tarefas. Fomos capazes até agora de enfrentar o neoliberalismo, de caminhar para um novo modelo de desenvolvimento, de integrar amplas massas ao conceito de nação e de iniciar mudanças importantes no cenário internacional em oposição ao imperialismo.

Temos agora o desafio de aprofundar a dimensão política democrática desse projeto. À inclusão econômica e social – base social fundamental junto com o fortalecimento da classe trabalhadora – devemos agregar a “inclusão” democrática. A luta por um processo amplo e participativo de reformas democráticas na sociedade e no Estado – na supremacia da sociedade sobre os mercados, nos direitos do trabalho, na eliminação da pobreza, na rápida redução da desigualdade social, na emancipação das mulheres e dos jovens e na conquista da igualdade racial, na relação com o meio-ambiente, na democratização da comunicação, na reforma política e na democracia participativa – tem novas e melhores condições e forças para avançar.

É importante destacar uma das maiores conquistas desse último período: a ampliação da participação dos movimentos sociais. Muitas de suas bandeiras têm sido transformadas em políticas públicas. A ampliação e o fortalecimento da educação pública, a política de longo prazo de valorização do salário mínimo, a promoção da agricultura familiar ao patamar de política de desenvolvimento, o amplo programa de moradia popular, o acesso a serviços básicos como a energia elétrica e ampliação do emprego formal, da renda do trabalho e do poder sindical nas negociações coletivas são alguns exemplos.

Contudo, ainda não conseguimos reverter vários aspectos da reforma trabalhista de FHC. Soma-se a isso o fato de que, mesmo com o avanço na geração de empregos e na formalização, nosso mercado de trabalho é historicamente desestruturado. Esses avanços ocorrem num mercado de trabalho marcado pela alta rotatividade, pela ausência de liberdade de organização sindical, pela imensa desigualdade de remuneração entre homens e mulheres, entre a população negra e branca, pela precarização do trabalho juvenil e por extensas jornadas de trabalho.

Alçar a emancipação das mulheres ao posto de prioridade na luta pela revolução democrática decorre do ataque reacionário sofrido por elas durante a campanha. Esse momento revela mais uma vez que há muito que se avançar para termos uma sociedade igualitária e democrática. As tentativas de criminalização das mulheres que defendem a autonomia de seus próprios corpos somam-se com a profunda desigualdade de gênero no mercado de trabalho e com a situação de violência a que são submetidas.

Reverter esse quadro é avançar nas conquistas democráticas, inaugurando uma nova dinâmica de direitos do trabalho. Por isso, devemos atualizar nossas bandeiras e ações aumentando nosso protagonismo, principalmente na unificação das lutas com os movimentos sociais.

Pela primeira vez, a mídia alternativa e a chamada blogosfera cumpriram papel relevante na disputa eleitoral no Brasil. Milhares de pessoas – militantes ou não – atuaram em redes sociais virtuais, com forte inovação na atuação política. As principais candidaturas em disputa perceberam as redes sociais como espaço de conflito social, organização de posições políticas e repercussão de mobilizações dos mais variados espectros ideológicos.

Devemos considerar essa inovadora forma de ação como um instrumento a mais na luta contra-hegemônica. Temos o desafio de planejar a sua utilização de maneira a potencializar nossas ações.

## **A Estratégia da CUT 2011 e os próximos passos da Jornada pelo Desenvolvimento**

---

Conseguimos, em 2010, com a intervenção no processo eleitoral, afirmar diante da sociedade, as questões do trabalho, da distribuição de renda, da igualdade e da justiça social como elementos fundamentais para a formulação das políticas públicas que proporcionem, cada vez mais, qualidade de vida para a população. Transformamos a Plataforma da CUT numa ferramenta poderosa de referência e mobilização dos/as cutistas.

Agora, será necessário, transformar as diretrizes da Plataforma da CUT em bandeiras de luta, ações concretas e políticas públicas. Será preciso, também, em 2011, consolidar a aliança com os movimentos sociais, aprofundando o binômio reflexão–mobilização, para a classe trabalhadora viver com qualidade e dignidade no Brasil.

## *A agenda do trabalho decente como dimensão prioritária da Plataforma*

Pela sua concepção ampla o Trabalho Decente busca abarcar todas as dimensões do trabalho e tem por objetivo o combate a precarização e a deterioração dos instrumentos de proteção e inclusão social. É um conceito ainda em disputa e precisa ser reafirmado constantemente, em especial no que se refere a ampliação de direitos. Por isso, se articula com as ações que a CUT já vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória, em defesa da garantia e ampliação de direitos para a classe trabalhadora, emprego digno e de qualidade, igualdade de oportunidades e de tratamento e plena liberdade de organização e associação e reforça os objetivos que o sustentam.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente construída e lançada em maio de 2006, com base em diversos planos governamentais, terá seu desfecho com a realização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (inicia-se com conferências municipais e estaduais a partir de março de 2011 e culmina com a etapa nacional em maio de 2012). Os temas a serem tratados na Conferência de Emprego e Trabalho Decente dizem respeito ao conjunto do povo brasileiro.

O papel da CUT – Estaduais e Ramos - na construção das Conferências deve ser prioridade para o próximo período, participando da coordenação, discutindo regimento, definindo diretrizes, público, etc. Esta será a primeira Conferência do Mundo do Trabalho, espaço em que devem ocorrer as disputas por mudanças que democratizem as relações de trabalho no País. Nesses espaços de disputa teremos de um lado, o empresariado os Governos locais, que em alguns casos serão também nossos opositores. Do outro lado, estarão as demais centrais que em alguns temas também se oporão a CUT. Ou seja, a depender da nossa participação e intervenção, podemos avançar ou não nas relações de trabalho.

Devemos realizar amplo investimento em formação e comunicação sindical para reforçar nossa mobilização e intervenção em todas as etapas da Conferência. As estaduais e ramos da CUT deverão realizar plenárias com o intuito de organizar a mobilização local. Ao mesmo tempo, devemos reafirmar o papel estratégico das alianças com os movimentos sociais, particularmente a partir da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS).

## Tarefas do sindicalismo combativo

---

A Direção Nacional da CUT, reunida em Brasília, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2010, delibera para potencializar seu papel e protagonismo no cenário nacional e internacional, atuar em 2011, priorizando bandeiras e ações, conforme Quadro anexo, destacando a seguinte dimensão:

- Transformar a Plataforma da CUT para as Eleições 2010 em ferramenta de pressão para prioridades do novo governo, contendo:
  - a. A unidade e coerência entre a política econômica e a opção de desenvolvimento de caráter sustentável, democrático e popular, com novo reposicionamento público do Estado;
  - b. A continuidade e aprofundamento da política internacional soberana, solidária e democraticamente integradora entre os povos;
  - c. A eliminação da miséria e a elevação das condições de vida da maioria, sustentabilidade e a valorização do trabalho com ampliação de direitos;
  - d. A democratização ampla, com reforma política e democracia participativa e efetivação da liberdade de organização sindical, de expressão e de comunicação;
  - e. A emancipação das mulheres.
  - f. A potencialização dos recursos políticos e financeiros nas áreas de formação e comunicação.

## Valorização do Trabalho

Bandeiras	Ações	Prazo
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento na perspectiva do pleno emprego</li><li>2. Reduzir a Jornada de trabalho para 40 h semanais</li><li>3. Ratificar a Convenção 87 da OIT</li><li>4. Ratificar a Convenção 158 da OIT para combater a alta rotatividade.</li><li>5. Ratificar a Convenção 156 da OIT para promover igualdade de oportunidades</li><li>6. Regulamentar a Convenção 151 da OIT sobre Negociação no serviço Público</li><li>7. Aplicar as Convenções 98 e 135 da OIT</li><li>8. Aplicar as Convenções da OIT já ratificadas (100, 102, 111, 138, 140, 155, 182)</li><li>9. Aprovar a PEC 438 sobre Trabalho Escravo</li><li>10. Aprovar o PL 1621/07 de Combate e Regulamentação da terceirização</li><li>11. Garantir contrapartidas para os setores intensivos em mão de obra</li><li>12. Extinguir o imposto sindical e implementar a Contribuição da Negociação Coletiva</li><li>13. Revogar Art. 522 da CLT sobre estabilidade de dirigentes sindicais</li><li>14. Garantir a ultratividade dos Acordos Coletivos (Emenda 45)</li><li>15. Extinguir o Interdito Proibitório.</li><li>16. Fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Reforçar a pressão para consolidar a política permanente de valorização do SM, a correção da tabela do IR e reajuste dos aposentados.</li><li>2. Realizar uma ocupação do Congresso Nacional, para visibilidade das nossas propostas, com Audiências na Câmara e Senado assim como no Judiciário (TST) e Executivo (MTE, Planejamento, Fazenda, Previdência e Casa Civil).</li><li>3. Desenvolver Campanha pela Ratificação da Conv. 87.</li><li>4. Desenvolver Campanha pela Agenda do Trabalho Decente, com intervenção nas Conferências Mun/Estaduais de Emprego e Trabalho Decente. Realizar atividades de formação nos estados e ramos sobre as propostas da CUT para a Conferência, em especial, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, integrando com o item 5.</li><li>5. Desenvolver processo de debate sobre o modelo organizativo para atualização do projeto político-organizativo com deliberação na 13ª Plenária Nacional.</li><li>6. Impulsionar a concretização do Contrato Coletivo Nacional (eixos comuns, unificação de data base, pisos, saúde e segurança, OLT, igualdade de oportunidades e de tratamento) para fortalecimento dos Ramos/Estaduais da CUT.</li><li>7. Garantir a articulação das campanhas e o aprofundamento temático na Jornada pelo Desenvolvimento, com oficinas nacionais.</li></ol>	<p>Dez 10 a mar 11</p> <p>Março</p> <p>1º sem</p> <p>Março a outubro</p> <p>Março a dez</p> <p>2011</p>



**Igualdade, distribuição de renda e inclusão social**

<b>Bandeiras</b>	<b>Ações</b>	<b>Prazo</b>
1. Consolidar Sistema de Seguridade Social 2. Ampliar investimento em infra-estrutura e serviços sociais 3. Valorizar a Educação como direito inalienável de todos e todas, em todos os níveis 4. Aprimorar o Sistema Público de Emprego e Qualificação Profissional 5. Reduzir as desigualdades regionais 6. Fortalecer a agricultura familiar e Avançar na reforma agrária 7. Avançar na economia solidária 8. Ampliar políticas para juventude	1. Desenvolver campanha pela educação pública de qualidade e aprovação do PNE	1º semestre
	2. Intervir no processo de definição das políticas públicas e sociais, por meio de negociação com os Poderes.	1º semestre
	3. Aprofundar o debate sobre Seguridade Social – Jornada pelo Desenvolvimento	
	4. Desenvolver campanha pela democratização do acesso à terra	2011
	5. Participar do processo de construção da Marcha das Margaridas e Grito da Terra.	
	6. Realizar reunião com MST e UNE para retomar articulação com movimentos sociais e fortalecimento da CMS.	Fevereiro



## Estado Democrático, com caráter público e participação ativa da sociedade

Bandeiras	Ações	Prazo
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Consolidar e ampliar espaços de participação social e política</li><li>▪ Coordenar a política macroeconômica (reforma tributária, fiscal e monetária) como parte do projeto de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.</li><li>▪ Adequar o papel dos bancos, das empresas públicas e Fundos de Pensão ao desenvolvimento sustentável</li><li>▪ Reorganizar a política tributária brasileira com vistas a promover o crescimento e a distribuição de renda</li><li>▪ Consolidar Política ambiental consoante com projeto de desenvolvimento</li><li>▪ Política Industrial produzindo com eficiência e sustentabilidade</li><li>▪ Garantir a soberania, a integração e a solidariedade na Política Externa Brasileira</li><li>▪ Democratizar os meios de comunicação</li></ul>	1. Realizar Ato e instituir o Prêmio Democracia e Liberdade Sempre, construindo processo de resgate e preservação da memória de lutas da classe trabalhadora, articulando com debate projeto organizativo e formação sindical.	13/12 2011
	2. Formular proposta de institucionalização dos mecanismos de democracia participativa, como as conferências nacionais e os conselhos de políticas públicas, Levando ao centro do calendário sindical de 2011 a mobilização para as conferências nacionais de Mulheres, Juventude e Saúde.	2011
	3. Desenvolver Campanha pela Reforma política, conforme formulação do 10º CONCUR.	
	4. Realizar Seminário sobre Política macroeconômica, no contexto da Jornada pelo Desenvolvimento.	
	5. Realizar Seminário sobre Política Industrial e Inovações Tecnológicas.	
	6. Aprofundar o debate sobre desenvolvimento sustentável, com vistas à RIO + 20.	
	7. Aprimorar ação sindical na América Latina e nas relações Sul – Sul.	
	8. Desenvolver campanha pela democratização dos meios de comunicação.	